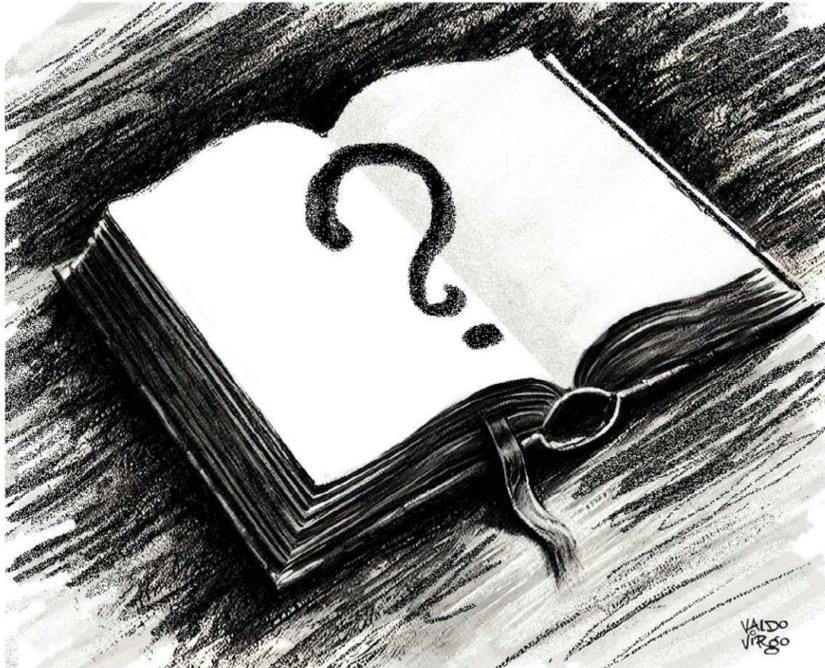


# Nunca fomos leitores



» JAIME PINSKY  
Historiador, doutor,  
livre docente da USP,  
professor titular da  
Unicamp e escritor



Toda vez que comento notícias, lamentando o decréscimo do hábito de leitura no Brasil, tenho a sensação de estar perdendo tempo e enganando meu interlocutor. É elementar: só podemos perder um hábito que temos, não um que nunca tivemos. Quem nunca fumou não tem como parar de fumar. Quem nunca leu não pode deixar de ser leitor. E, com as devidas desculpas aos que afirmavam o contrário, no Brasil o hábito de leitura, como se diz, “não pegou”. Nunca.

Com exceção de meia dúzia de leitores teimosos, entre os quais se inclui o punhado de amigos que me leem, no Brasil não se lê. Estou falando, evidentemente, de ler como hábito, como vício, como dependência, estou falando de ler livros inteiros e entender o que se lê, de absorver, assimilar o escrito, como falava Antonio Cândido, e só, então, questionar o escrito, não passar os olhos e redigir um comentário idiota, demonstrando despreparo e ignorância. Falo de ler sendo letrado, não apenas alfabetizado. Desse tipo de leitores, temos poucos. Apesar dos esforços de meia dúzia de valentes batalhadores pela democratização do saber. O fato é que não somos um país de letrados. E, como sempre, a história ajuda a explicar por quê.

Para início de conversa, nossos “descobridores”, os queridos portugueses, quando utilizavam nosso território como colônia, impuseram uma série de limitações culturais aos brasileiros, entre as quais a proibição de disporem de máquinas impressoras de livros. Assim, apenas no início do século 19, quando a América espanhola tinha universidades havia três séculos e graças a Napoleão Bonaparte (que fez a família real fugir de Portugal e se instalar no Brasil), é que se criou a Imprensa Régia e livros começaram a ser confeccionados em nosso país! Até então, eles tinham que ser importados, o que implicava em onerá-los e limitar sua circulação.

Por outro lado, não havia grande demanda por livros, pois a leitura não era estimulada, nem a laica, nem a religiosa, uma vez que uma das funções dos sacerdotes católicos era a de explicar as questões religiosas que importavam, para que o fiel não tivesse motivos para investigar, por conta própria, e eventualmente questionar o próprio poder da verdade única. Nem a Bíblia se estudava. Decorava-se apenas

algumas rezas e obedecia aos sacerdotes. Afinal, a verdade única era a da Igreja. Para quem insistisse em ter visões diferentes da oficial, havia a Santa Inquisição com seus instrumentos de tortura e fogueiras. Assim, eram tratados os candidatos a dissidentes.

Pouca gente lia. Além de saber decifrar a escrita (algo raro por aqui), era necessário ter grande dose de curiosidade intelectual e possuir dinheiro para importar livros. Ser leitor no Brasil durante o período colonial não era para qualquer um.

E continuou assim, mesmo no século 19, a época dos nossos Pedros, o I e o II. O enorme contingente de negros escravizados raramente era alfabetizado, o mesmo acontecendo com os numerosos membros de grupos indígenas, também marginalizados. Mesmo para o restante da população brasileira não havia programas consequentes de acesso às letras neste território em que os cartórios e o bacharelismo improdutivo davam as cartas. A cultura oral prevalecia em detrimento de conhecimentos mais estruturados que dessem conta de, pelo menos, buscar compreender os avanços científicos e culturais dos quais o século 19 era pródigo.

Lembro-me sempre da narrativa que, no livro didático que minha classe utilizava, falava da República proclamada por Deodoro da Fonseca diante do povo abastalhado, que sequer entendia o que estava acontecendo. Claro que os militares sabiam muito bem o que estavam fazendo, mas a população presenciando a

história sem entendê-la é um retrato da relação entre os poucos poderosos e a “plebe rude”, que não somente não era chamada a se manifestar, mas sequer se dava conta do que se falava. Este era o Brasil no final do século 19.

Na República, tivemos, finalmente, momentos iluminados, com alguns políticos e um punhado de educadores entendendo que da quantidade se obtém a qualidade e que era preciso dar oportunidade a todos para que o país pudesse crescer e ter gente qualificada em diferentes áreas, seja na esportiva, na artística, nas ciências e nas letras, na administração privada e na pública. Ao longo do século 20, o país se urbanizou, modernizou-se, ganhou salas de aula nas cidades e privadas nas casas, mas, a despeito dos esforços de educadores do porte de uma Magda Soares, não avançou muito nos hábitos de leitura.

Nunca se leu muito neste país, essa é a triste verdade. E sempre se leu mal, como se a ignorância, uma vez assumida, pudesse valer como se fosse um título honorífico. Não é. A fase de mostrar músculos poderosos ficou para trás. Agora o mundo é dos que sabem. Parece que ainda não nos demos conta disso. Que tal nossas autoridades da área de educação criarem projetos corajosos, ousados, como os de países que, em diferentes fases da história e em diferentes lugares do planeta, praticando diferentes regimes políticos, fizeram grandes revoluções educacionais e mudaram radicalmente para melhor?

## Converter multas ambientais em inclusão produtiva para o desenvolvimento social



» PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA  
Conselheiro de Governança e Inovação e Conselheiro Social. Foi Diretor Executivo da Accenture responsável pela prática de Serviços Públicos

O Brasil tem assistido ao aumento alarmante da degradação ambiental, impulsionada por atividades ilegais, como as queimadas, o desmatamento e a destruição provocada por garimpos em terras indígenas, provocando consequências devastadoras não apenas para o meio ambiente, mas também para as comunidades que dependem dos recursos naturais para sua subsistência. O total de multas aplicadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) chega a R\$ 29,1 bilhões, o que abre espaço para uma oportunidade transformadora de converter essas penalidades em um fundo, com dois eixos principais: recuperação ambiental, com parte dos recursos destinada a projetos de reflorestamento, recuperação de nascentes, restauração de ecossistemas e inclusão produtiva, com foco em acolher as comunidades vulneráveis, oferecendo capacitação em diversas áreas, como agricultura sustentável, ecoturismo e atividades essenciais relacionadas a cada ecossistema, acrescida da conexão com oportunidades de renda, criando empregos e estimulando o empreendedorismo local.

Entendo que esse fundo teria critérios claros para a seleção dos projetos que seriam financiados, garantindo a transparência e a

eficiência na aplicação dos recursos. Um exemplo possível de estrutura seria o Blended Finance, que combina recursos públicos e privados e, eventualmente, capital de fomento, para maximizar o impacto social e econômico. Nesse cenário, as multas ambientais não pagas formariam a primeira camada de capital, assumindo parte do risco e atraindo investimentos privados. Os recursos combinados permitiriam ampliar a capacidade de execução dos projetos de inclusão produtiva, garantindo um impacto duradouro.

A ideia representa benefícios para as comunidades e o país. Para o primeiro, promoveria a oportunidade de reconstruir suas economias de forma sustentável, aproveitando as riquezas naturais sem destruí-las. Para o segundo, poderia servir como um modelo inovador de justiça ambiental, transformando penalidades financeiras em ações concretas de reparação ambiental, social e desenvolvimento econômico.

A efetividade no uso dos recursos oriundos das multas aumentaria a credibilidade das instituições ambientais brasileiras, demonstrando que as penalidades impostas não são meramente punitivas, mas também geradoras de soluções práticas para os problemas sociais causados pelos crimes ambientais.

Pela perspectiva das empresas condenadas, seria a oportunidade de converter as punições recebidas em ações positivas, podendo, inclusive, reportar essas ações em seus relatórios de responsabilidade social e ambiental (ESG).

Existe embasamento legal para isso. O Ibama, por meio de instruções normativas e do Decreto Federal nº 6.514/2008, regulamenta como a conversão de multas ambientais deve ocorrer na prática. Ou seja, a

conversão de multas não é novidade ou inovação, mas, sim, um mecanismo existente e em vigor no Brasil.

Portanto, a proposta de canalizar as multas para a inclusão produtiva em comunidades afetadas não demanda a criação de novos instrumentos legais, mas, sim, a ampliação da utilização de mecanismos existentes com foco em projetos que integrem o desenvolvimento econômico sustentável com a reparação ambiental.

É uma iniciativa de grande potencial. É possível desenvolver políticas públicas que ampliem o uso desses recursos de forma mais estratégica. Por exemplo, empresas que atuam sob concessão federal — como no setor de energia, infraestrutura e mineração — poderiam ser incentivadas a participar mais ativamente em projetos de conversão de multas ambientais, especialmente aqueles voltados à inclusão produtiva e à mitigação dos danos nas comunidades afetadas. Um caminho seria a criação de critérios de pontuação diferenciada em editais públicos, incluindo PPPs e Concessões, nas quais empresas que demonstrem participação efetiva em programas de conversão de multas ou que apresentem um histórico de responsabilidade social e ambiental possam obter vantagens competitivas.

O Brasil está diante da oportunidade de liderar esse movimento e se tornar referência em tecnologias sociais para o mundo, convertendo penalidades em oportunidades reais para aqueles que mais precisam. Ao aproveitar os recursos existentes, podemos criar soluções que não apenas mitiguem os danos causados ao meio ambiente, mas também ofereçam um futuro mais promissor para as comunidades que dependem da preservação de nossos recursos naturais.

## Você precisa saber do movimento da neurodiversidade



» RICARDO AFONSO TEIXEIRA  
Doutor em neurologia pela  
Unicamp e neurologista do  
Instituto do Cérebro de Brasília

O jornalista Stevens Silbermann, autor do best-seller *Neurotribes*, publicado em 2015 e ainda sem tradução para o português, disse: “Poucas pessoas podem dizer que cunharam um termo que tenha mudado o mundo para melhor, em uma direção mais humana e com mais compaixão. Judy Stinger pode”.

Judy é uma australiana que apresentou ao mundo em 1998 o conceito de neurodiversidade em sua tese, ainda na graduação, na Universidade de Tecnologia de Sydney. O trabalho pode ser conferido no livro *Neurodiversity: The birth of an idea (Neurodiversidade: O nascimento de uma ideia, em tradução livre)*. A obra traz uma reflexão sociológica sobre grupos com disfunções neurológicas marginalizadas, com foco especial nos portadores do transtorno do espectro autista, chamando os leitores para uma revolução da neurodiversidade assim como houve a revolução feminista. O livro também não tem tradução para a língua portuguesa.

O esforço de Judy acendeu a chama para que essa revolução acontecesse. São inúmeras entidades ao redor do mundo que carregam a bandeira da neurodiversidade lutando para que o mundo respeite as diferenças e dê condições para que os neurodiversos, aqueles que não representam a maioria, não sejam estigmatizados, e mais que tenham acesso a oportunidades de inserção na sociedade, incluindo o trabalho, uma vez que muitos são capazes de contribuir de forma sofisticada. Alguns têm talentos e capacidades que os neurotípicos, a maioria, nem sonham em ter. Só precisam encontrar o ambiente e o tipo de trabalho certos e muitas organizações têm trabalhado para que isto aconteça. No Blog de Judy você encontra: “Eu não estou aqui para tornar o capitalismo mais eficiente, mas para torná-lo mais humano”.

Uma das pérolas do seu trabalho é a distinção entre o modelo médico e social de incapacidade. Uma pessoa pode ter uma deficiência, mas isso passa a ser uma incapacidade quando lhe são colocadas barreiras e práticas sociais que dificultam suas oportunidades de inserção social. É claro que toda condição de saúde é permeada pelo espectro de gravidade e há um subgrupo em cada uma dessas condições que está no extremo mais grave, no qual a deficiência dificilmente será diferente de incapacidade.

E quando falamos de neurotípicos e neurodiversos, vale contextualizar o conceito de normal. A palavra normal na saúde só passou a ser registrada na língua inglesa na metade do século 19, época em que a estatística passou a ser utilizada na saúde pública. O termo era o mais próximo do que se chamava de “ideal”, característica mais própria dos deuses do que dos mortais. Os estudiosos em incapacidade argumentam que o que chamamos hoje de normal, a maioria, raramente alcança o estado ideal.

E você? Você se considera um neuroideal? Parabéns. Que dádiva genética que você herdou! Ou os parabéns podem ser também por sua disciplina com os cuidados com a saúde. Mas tenho que lhe dizer que grande parte da humanidade está longe de você ou dos deuses. Não estou sendo irônico. O Global Burden of Disease Study (GBD) é um dos maiores esforços para medir a morbimortalidade das principais doenças ao redor do mundo, financiado pela Fundação Bill & Melinda Gates e sob a chancela da Organização Mundial da Saúde (OMS). Sua última análise foi publicada no prestigiado periódico *The Lancet Neurology*, em 2024, e apontou que o grupo das condições neurológicas representa a maior causa de anos perdidos de vida saudável (DALYs), seguido pelo grupo de doenças cardiovasculares. Os resultados também mostraram que 43,1% das pessoas no mundo sofrem de alguma disfunção neurológica, seja por uma doença neurológica primária ou por efeito de outras condições que afetam o sistema nervoso. E esse sistema é o que faz nossa relação com o ambiente, e isso envolve a relação com os outros.

A difusão do conhecimento tem ajudado a reduzir o estigma sobre as disfunções neurológicas, mas ainda de forma muito incipiente. É a pessoa que sofre de enxaqueca e sente que as pessoas acham que ela supervaloriza sua condição ou se aproveita dela. E vê cara feia quando pede a alguém para evitar o uso de perfume, pois desencadeia suas crises. É o portador da Doença de Parkinson que, por ter uma menor expressão da mímica facial e uma monotonia na voz, é tratado de forma infantilizada. São exemplos de neurodiversos, cérebros que funcionam diferente, mas os outros não têm consciência disso. Muitos sofrem de algum grau de marginalização por falta de compreensão plena das suas diferenças pela sociedade.

O movimento de conscientização da neurodiversidade, uma ação política para garantia de direitos, começou pelo espectro autista, mas se expande naturalmente para inúmeras disfunções neurológicas em que seus portadores vivem uma marginalização de suas limitações. Esse é o desejo expresso de Judy na sua obra seminal. Hoje, são comumente incluídos sob esse guarda-chuva, além do autismo, o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, dislexia, transtorno bipolar, entre outros. Percebo no consultório o discurso libertador e empoderado daqueles que encontraram sua tribo e dizem sem timidez que são neurodiversos.